

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO -CETREDE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

**A PESSOA PORTADORA DE DIFERENÇA: O DESAFIO DE VENCER O
PRECONCEITO**

IOLANDA DE LIMA SOARES

Fortaleza – 2010

**A PESSOA PORTADORA DE DIFERENÇA: O DESAFIO DE
VENCER O PRECONCEITO**

Iolanda de lima soares

**MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR COMO
REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA
PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.**

FORTALEZA-2010

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conforme com as normas da ética científica.

Iolanda de Lima Soares

Monografia aprovada em: ____/____/____

Gláucia Maria de Menezes Ferreira L.D

Orientador (a)

Agradecimentos

A Deus o grande arquiteto, que sempre esteve à frente de minhas decisões criando, moldando e permitindo a oportunidade de aprender com as pessoas, com os animais o sentido da vida e valor de cada momento neste planeta de expiações e provas.

A mulher mais bela e amorosa, A flor mais perfumada do jardim, A pedra mais preciosa que nenhum sultão ousaria ter, pois foi única criada e lapida de forma especial, hoje um pássaro que voa pela imensidão de mundos mais evoluído, minha querida Mãe (In memoriam).

Ao meu companheiro de jornada Moézio Fernandes Sales, pela paciência, atenção para com a minha pessoa e por acreditar que seria capaz de subir mais um degrau na escala evolutiva do conhecimento.

A Prof^o mestra Gerlaine que teve muita atenção e disponibilidade para com minha pessoa.

A minha orientadora Prof^o Gláucia que contribui para construção deste trabalho idéias sempre construtivas.

Aos professores do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior que colaboraram de forma valiosa para a minha aprendizagem.

Aos meus familiares os meus mais singelos agradecimentos pelo apoio que recebi durante o curso.

Aos meus colegas de classe que sempre acreditaram que eu era capaz de realizar o curso.

A todos que de alguma forma torceu pela minha vitória como Especialista.

Resumo

A mudança na visão estereotipada que se tinha do deficiente, hoje contradiz as expectativas dos preconceituosos. A escola como uma instituição socializadora contribuiu com um papel educativo na construção da cidadania e atua como agente de transformação na vida de cada educando portador de necessidades educativas especiais. Este trabalho foi idealizado com o objetivo de discutir os problemas que a pessoa diferente enfrenta até hoje. No primeiro capítulo discutem-se as características inerentes às pessoas com deficiência e a maneira como a sociedade encarava as deficiências, antes da criação de Leis que vieram dar alguma proteção às mesmas. No segundo capítulo descreve-se a história do preconceito desde a idade antiga até os dias de hoje. Discute-se também a maneira como foram postas em prática as Leis de defesa da pessoa com deficiência. No terceiro capítulo analisa a superação de obstáculos vividos pelos portadores de deficiência, sejam eles; físicos, psicológicos ou metodológicos, até chegar a inclusão de políticas de ação afirmativa. Neste estudo deseja-se contribuir para a reflexão de todos aqueles que combatem o preconceito em todos os sentidos. Conclui-se reafirmando que a escola ainda funciona como um local de grande importância para a superação dos preconceitos.

Palavras chaves: Preconceito, Educação e integração.

SUMÁRIO

Introdução	06
Capítulo 1. A pessoa com necessidades educativas especiais	07
1.1. Conceituação	07
1.2. Tipos de necessidades especiais	09
1.3. Demandas sociais do portador de necessidades especiais	14
Capítulo 2. Evolução do preconceito	20
2.1. Histórico	20
2.2. Necessidades especiais hoje	23
Capítulo 3. Estratégias da escola para superação do preconceito contra pessoas com necessidades educativas especiais	26
3.1. Condições físicas	26
3.2. Condições psicológicas sociais.....	28
3.3. Estratégias Didáticas.....	31
3.4. Políticas de Inclusão social	35
Conclusão	40
Referências Bibliográficas	41

Introdução

“Muitos iniciam a caminhada pedregosa da ascensão; mas só os melhores alcançam o fim porque possuem fôlego para a subida íngreme.”

Pastorino

O tema desta monografia é o preconceito vivenciado pelos os alunos com necessidades educativas especiais.

Os motivos que levaram a autora a estudar esta temática foi a tentativa de melhor entender o comportamento das pessoas diante da deficiência. Outro motivo foi a grande repercussão observada nos meios de comunicação que o tema da deficiência tem alcançado, seja ela sensorial, motora, intelectual ou social. Embora as pessoas com necessidades especiais enfrentem preconceito, no entanto já obtiveram muitas conquistas, tais como: direito a prestar concursos públicos, de votar e ser votado e de estudar em classes regulares de ensino.

Hoje, as pessoas com deficiência não são tratadas apenas com a visão assistencialista, pois muitas destas pessoas já ocupam espaço na política, em organizações sociais e até mesmo no campo da ciência. Aquela visão que se tinha na Idade Média de abandono, de viver segregado em instituições, já não existe mais, houve progresso. Deve-se entender que as transformações sociais e os avanços científicos e culturais estão dando espaço e, sobretudo proporcionando condições favoráveis, para que pessoas portadoras de deficiências possam ter uma vida digna. Numa sociedade marcada pelas desigualdades sociais, o preconceito para com as pessoas com deficiência não vai ser extinto rapidamente, entretanto cabe respeitar e entender que cada ser humano, independente de suas limitações, assume um papel importante na sociedade.

A discussão deste tema objetiva chamar atenção das pessoas consideradas “normais” e que estas possam entender que a pessoa com deficiência tem seus direitos garantidos por lei. Estes direitos supracitados estão respaldados na Constituição Federal de 1998 e na Declaração de Salamanca de 1994 e na Diretriz Básicas da Educação da Lei 9394/96.

CAPÍTULO 1. CARACTERIZAÇÃO DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Antes de conceituar é interessante dizer que pessoa portadora de necessidades educativas especiais tem características particulares, pois muitos apresentam diferenças de comportamento que se vinculam a uma causa, seja orgânica ou psicológica. Estas diferenças poderão estar ligados a determinados problemas, tais como: déficit de atenção, percepção, cognição, memória ou transtornos emocionais, linguísticos, psicomotores, e até mesmo de caráter social. O que deve ser levado em conta é que as diferenças particulares não deverão ser consideradas como um obstáculo e sim como atributo, pois as diversidades humanas sempre existirão na sociedade.

1.1. Conceituação

Ao longo do tempo a pessoa com deficiência recebeu diversas denominações, tais como: anormal, doente mental, excepcional, sujeito com déficit, inválido. No entanto, esses rótulos tornaram-se pejorativos à medida que foram surgindo leis e foram sendo elaboradas novas conceituações para as pessoas com deficiência.

Dentre essas terminologias destacam-se alguns termos, Garcia (1998, p.73) assinala uma série de critérios com base nos quais os termos “normal” e “anormal” se apóiam e os resume da seguinte forma:

- **“Critério estatístico:** considera-se anormal uma pessoa se no contínuo representado no sino de Gaus, esta distância do valor médio da população de referência.
- **Critério clínico:** identifica-se a anormalidade com saúde e a anormalidade com doença.
- **Critério sociocultural:** define anormalidade como adaptabilidade ou adaptação ao meio social.

- **Critério normativo:** quando nos referimos a maior ou menor proximidade a um protótipo de homem, incluindo aspectos físicos e comportamentais.
- **Critério subjetivo:** uma pessoa sente-se normal ou anormal conforme os seus próprios critérios.
- **Critério legal:** um sujeito é incompetente quando não for capaz de administrar sua vida ou a propriedade que possui, de maneira adequada, tornando-se necessária a presença de um tutor.”

Além de Garcia outros autores também expõem suas idéias, na busca de uma melhor conceituação da pessoa que tem deficiência.

Hegarty(1994),apud Gonzalez(2002) considera que o grupo de sujeitos da educação especial é composto pelo que têm impedimentos físicos ou sensoriais, aqueles que comparados com os pares de sua idade apresentam dificuldades em sua aprendizagem, ou ao se comunicarem, como também aqueles cuja conduta não pode ser aceita sem problemas nas aulas ou escolas regulares.

Zavalloni(1973) cunhou o termo “inadaptado” como substituto de inválido, tentado concentrar nele todos aqueles casos em que os sujeitos necessitam de uma intervenção social e educativa específica para serem integrado na sociedade.

Outro autor, López Melero (1990) fala de sujeitos “cognitivamente diferentes” em relação a seu modo de ser e agir.

Já Sarto (1997), apud Gonzalez (2002, p.75) realiza uma análise dos termos “deficiência”, “incapacidade” e “invalidez”, com base nas orientações da Organização Mundial da Saúde-OMS, destacando por um lado a superposição dos termos em nível social e a evolução para conceitos menos pejorativos.

A sociedade contemporânea, de maneira geral, tem discutido esta temática. Esse debate tem ocorrido entre autores, pesquisadores, professores, movimentos sociais, etc. Desta forma, podemos dizer que além dos autores, as instituições também têm se preocupado com esta causa. Um exemplo que merece destaque

é o da Organização das Nações Unidas para Educação (UNESCO) e o da Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE).

Na definição da UNESCO datado de 1977, inválido é aquele indivíduo que, por razões fisiológicas ou psicológicas, tem necessidade de auxílio especial para se adaptar a existência; na falta de certos apoios, não poderá alcançar o nível de responsabilidades.

A OCDE em 1994 apontou quatro modelos como marco de referência para definir os sujeitos da educação especial, a título de instrumentos que possibilitem realiza uma análise das bases que determinam nossas percepções sobre os sujeitos incapacitados e atitudes para com eles. Estes modelos são: Modelo médico, sociopatológico, ambiental e antropológico.

Ao analisar os modelos de sujeitos apontados pela OCDE observa-se que cada um tem suas particularidades. Quando a deficiência está centrada na parte biológica o sujeito necessita de tratamento especializado. Quando ela está conectada a uma disfunção social esses sujeitos são considerados desajustados. Os modelos ambiental e antropológico enfatizam a adaptação das condições ambientais de escolarização e uma construção das relações sociais nas instituições educacionais.

1.2 Tipos de necessidades especiais

Quando se focaliza o olhar sobre os tipos de necessidades observa-se uma imensa lacuna existente entre a “normalidade” e a “anormalidade”, pois muitas vezes estas denominações tem o sentido genérico. No entanto, o que pode determinar a impossibilidade temporária de concretizar algo é o preconceito existente para com as pessoas com deficiência. Se o sujeito tem alguma impossibilidade seja física, mental ou motora, isto não quer dizer que o grau de impossibilidade seja o mesmo. Cada pessoa tem suas particularidades. Porém, o que existe é uma visão estereotipada em relação à pessoa com deficiência. No

entanto fica a desejar a classificação de normal e anormal. Na realidade o que deve observar é o critério etiológico e não o preconceito para com a deficiência.

Para Zavalloni,(1973; Moor,1978) apud González (2002, p.76) as deficiências podem ser exógenas ou endógenas.

- Exógenas: São as deficiências que por algum fator originou-se fora do organismo;
- Endógenas: São as deficiências causadas por fatores intrínsecos ao organismo.

Já Gagé e Berliner(1984), apud Gonzalez (p.113 2002), classificam as necessidades educativas especiais segundo categorias de excepcionalidade em que pode ser incluídos os sujeitos a partir de uma série de características e limitações:

- Características mentais; habilidades sensoriais;
- Características neuromotoras e físicas;
- Conduta social;
- Habilidades de comunicação;
- Desvantagens múltiplas.

Outro autor, Wilson (1983), citado por Breman, (1988, p.40) oferece uma classificação derivada das necessidades apresentadas pelos sujeitos, que responde á filosofia de ação derivada dos princípios de normalização e integração, apontando as seguintes necessidades:

- Necessidades educativas especiais de criança com defeitos de audição, visão ou mobilidade, sem sérios problemas intelectuais ou emocionais;
- Necessidades educativas especiais de criança com desvantagens;
- Necessidades educativas especiais com dificuldades significativas de aprendizagem;
- Alunos com dificuldades emocionais e de conduta.

De acordo com Reynolds e Walberg, citados por Gonzalez (2002, p.76) são elencados cinco categorias de déficits: de conduta, de comunicação, intelectual, físico e os plurideficientes.

Os distúrbios emocionais ou inadaptação social e a desordem na aprendizagem por problemas específicos, podendo ser acompanhados pelos seguintes transtornos: inabilidade para manter relações interpessoais, temores e ansiedades excessivos, incapacidade para aprender, mas não por fatores intelectuais, sensoriais ou de saúde. Os sujeitos com desvio de conduta sempre apresentam sintomas de comportamento; podendo ser medrosos, apreensivos, suscetíveis, hostis e socialmente divergentes.

Nos transtornos de comunicação pode-se citar o autismo que é uma desordem grave na aprendizagem, caracterizada por distúrbios na proporção do desenvolvimento educativo, na habilidade para desenvolver-se, no ambiente, na percepção, na fala e na linguagem. Também são considerados os transtornos do ouvido: déficits na linguagem e na fala, porque não existe uma resposta audível do som.

Os transtornos da linguagem estão associados a problemas na compreensão ou no uso da comunicação verbal e podem está relacionado a fatores neurológicos, físicos ou sensoriais. Já os transtornos da fala, que é desordem na formulação da linguagem, podem estar associados também a fatores neurológicos, psicológicos, físicos ou sensoriais que afetam os aspectos perceptivo-motores da transmissão da linguagem oral e costumam caracterizar-se por transtornos na articulação, ritmo e entonação. Por conseguinte os transtornos de aprendizagem não são primariamente resultado de transtornos de visão, audição, atraso intelectual, mas de causas relacionadas ao ensino de matérias curriculares .

Alguns séculos antes de Cristo já se mostravam interesse pela fala normal, no entanto esses estudos se aprofundaram de forma sistemática a partir no século XX com as investigações científicas sobre a s causas do defeito da fala.

No atraso intelectual os sujeitos considerados educáveis podem tirar proveito em classes regulares desde que sejam modificados o currículo e serviços de apoio. Seu desenvolvimento é lento impedindo de acompanhar o programa da classe comum.

Já no atraso intelectual da treinável os transtornos graves são caracterizados pela incapacidade de beneficiar-se dos programas de educação especial para os educáveis por desenvolvimento intelectual lento e com potencial muito limitado para a aprendizagem acadêmica, independência social e autonomia.

Neste tipo de deficiência è essencial que os educadores utilizem diversas estratégias de ensino individualizado. As pessoas com este tipo atraso intelectual são capazes de aprender as matérias acadêmicas, porém os treináveis têm capacidade apenas de aprender as tarefas necessárias em sua vida diária.

Os sujeitos com condições físicas graves têm necessidades de assistência especial para que possa haver rendimento educativo similar a outras crianças. Já os que têm impedimentos visuais necessitam de adaptações, pois muitas vezes apresentarem cegueira ou visão subnormal.

As pessoas que tem deficiências físicas já podem contar com aparelhos para seu auxílio, pois, a tecnologia está bem desenvolvida. Vários programas foram desenvolvidos, como por exemplo: softwares para pessoas com pouca visão, aparelhos para auxiliar na audição, etc.

Quando observamos a combinação de desvantagens, déficits ou transtornos podem-se dizer que o sujeito é plurideficiente. Os sujeitos plurideficientes necessitam de cuidados especializados, pois são portadores de diversas deficiências, isto poderá acarretar atrasos no seu desenvolvimento global e na sua capacidade de se adaptarem.

Os âmbitos que o estudo – UNESCO (1977, p.78) (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) engloba são:

“- Sujeitos com déficit físicos: inclui os doentes crônicos, déficits visuais, auditivos e de tipo motor.

- Sujeitos com déficit intelectual: conforme diversos critérios ou graus de classificação (funcional, QI, etiológico).

- Sujeitos com problemas de conduta: inaptações leves do comportamento (socialização, inaptação familiar e problemas de auto-imagem...) e problemas graves de conduta (neurose, psicose infantil...).

- Sujeitos com transtornos parciais, como os de aprendizagem e patologias específicas da linguagem oral.

- Sujeitos socialmente inadaptados: inclui comportamentos pré-delinquentes, delinquência infante e juvenil, grupos marginais e dependência de drogas.

- Sujeitos talentosos e superdotados: sujeitos com habilidades extraordinárias.”

Ainda nessa mesma perspectiva Pinto, citado por Jannuzzi, (2006) classifica os doentes mentais em: os retardados de inteligência; os instáveis ou contumazes; os mistos.

Para este autor as crianças consideradas retardadas de inteligência seria as que se mostrassem com atraso e que não estivessem presentes com constância na escola, já as instáveis seria as que no percurso da vida escolar fossem indisciplinadas e falasse em excesso e os mistos seriam a mesclagem dos retardados de inteligência e dos instáveis.

A excepcionalidade não é um problema intrínseco do sujeito com deficiência ela tem que fazer parte do meio familiar e da sociedade. No entanto, a pessoa com deficiência tem que aprender a conviver com estes déficits e não sentir-se diminuída caso contrário, este estigma acarretaria em traumas para sua convivência.

1.3. Demandas sociais do portador de necessidades especiais

Com a institucionalização da educação para pessoas com necessidades especiais, diversas leis e projetos apontados pelo poder público foram sancionados pelo Congresso Nacional e tiveram seus dispositivos legais postos em prática. Com todos os pressupostos gerados por essas leis, muitos foram os direitos adquiridos.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) I, Título VIII, da Ordem Social no Artigo 208 no inciso III, estabelece que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência seja realizado, preferencialmente em rede regular de ensino. Já no Artigo 227 no parágrafo primeiro inciso II, cita a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. No parágrafo 2º a Lei dispõe sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transportes coletivos, a fim de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a pessoa com deficiência.

A mesma, no Artigo 206 inciso I determina que deva existir igualdade para acesso e permanência na escola e salienta no artigo 208 inciso I que a educação é dever do estado e que o ensino fundamental tem que ser ofertado de forma gratuita para todos mesmo os que não estejam na idade própria. No inciso III assegura atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Como decorrência da Constituição, temos a Lei número 10172/01 que aprova o Plano Nacional de Educação estabelecem objetivos e metas para a educação

das pessoas com necessidades educacionais especiais. O referido plano estabelece metas e objetivos para a educação:

- Do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, das ações preventivas nas áreas visuais e auditivas, do atendimento extraordinário em classes especiais e da educação continuada aos professores que estão em exercício à formação em instituição superior. (MEC/SEESP, 1994)

No âmbito educacional, temos ainda a Lei número 9394/96 do Artigo 4º , inciso III que estabelece diretriz e bases da educação nacional:

- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

”A Lei das Diretrizes Básicas da Educação assegura um conjunto de recursos e serviços educacionais, de modo a garantir a educação escolar promovendo o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educativas especiais, todos os níveis, etapas e modalidades da educação.” MAZZOTA, citado por RIBEIRO e BAUMEL, 2007, p. 150)

Todas estas Leis preconizam uma reformulação das práticas educacionais valorizando a aprendizagem e os direitos das pessoas com necessidades educativas especiais, enfatizando a integração da pessoa com deficiência á sociedade de forma igualitária.

Nos estudos e nas pesquisas a problemática da deficiência tem encontrado apoio, principalmente quanto às necessidades no campo pedagógico. Podemos destacar a adequação do currículo a necessidade dos alunos e o apoio didático-pedagógico com professores qualificados para trabalhar com a questão da diferença. Quanto às adaptações curriculares, estas têm que estar em conformidade com as necessidades e a capacidade dos educandos levando em conta as práticas pedagógicas de forma que estas possam atender as diferenças dos alunos. A diversificação do currículo faz-se necessária porque cada diferença tem que ser trabalhada com uma metodologia diferente e materiais que possam

atender essa diferenciação. Já ao professor cabe o papel de mediador e crítico-reflexivo, no qual dará a oportunidade de ser um agente de mudança e de oferecer uma educação adequada a seus alunos de forma holística e contextualizada.

Segundo Hanlon, citado por González (2002, p.255) “os professores devem defronta-se com eles mesmos e com seus papéis profissionais para solucionar muitos dilemas relacionados com o fomento da autêntica integração da escola. Devem conhecer suas próprias opiniões, pensar em seu próprio conhecimento como especialista, e obter segurança por meio de sua investigação e reflexão sobre práticas escolares reais.”

Retomando a questão da legalidade, é interessante ressaltar que o Brasil em consonância com a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), firmou que aderiria a uma educação de sistema inclusivo, na qual todas as crianças independentes do sexo teriam que ter a mesma oportunidade e seu próprio nível de aprendizagem sendo respeitados. No entanto, os sistemas educativos quanto aos programas tinham que estar centrados nas necessidades de cada criança e a pedagogia passaria a ser centralizada nas suas necessidades. Todos estes dispositivos possibilitariam que estes princípios se convertessem em realidade.

Além da Declaração Mundial de Educação para Todos, o Brasil também é signatário da Declaração de Salamanca; Este documento reúne os princípios já provados de uma pedagogia igualitária que favorece a todas as crianças. Tem por princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia focada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade. As escolas que focalizam na criança são, além disso, a base para a construção de uma sociedade centrada nas pessoas, que respeite tanto a dignidade como as

diferenças de todas as pessoas. È impreterível a necessidade de mudança de perspectiva social.

Nessa perspectiva, traçar novos caminhos com uma política centrada no combate a exclusão caracteriza-se como um objetivo de professores, de pais, de autoridades e de todos os que buscam uma escola em que o “diferente” possa ter um ambiente de integração e de oportunidade e que seus direitos e garantias venham a ser respeitados. Portanto, para integrar estes alunos precisa que seja implementada uma política educacional centrada na não exclusão e que haja uma quebra na ruptura ideológica de que o deficiente é incapaz. A construção de uma sociedade sem preconceito tem que ser baseada no esforço coletivo porque a educação de hoje deve proporcionar a todos um ambiente de interação e respeito preservando a dignidade de cada cidadão.

Segundo Ribeiro e Baumel (2007) o parecer do Conselho Nacional de Educação /Câmara de Educação Básica número 17, de 03 de julho 2001 fundamenta a matéria relativa ao direito á educação das pessoas que apresentam necessidades educacionais nos seguintes princípios.

- 1) A preservação da dignidade humana;
- 2) A busca da identidade; e.
- 3) O exercício da cidadania.

Todos estes princípios estão fundamentados na Constituição Federa de 1988 que torna claro que o respeito que às pessoas são merecedoras independem de classe social e, é nesta busca que as pessoas se encontram e se identificam como cidadãos.

Por conseguinte a Constituição Federal Brasileira estabelece como fundamento a cidadania e a dignidade da pessoa humana ao determinar o direito pleno de desenvolvimento da pessoa humana e seu preparo para a cidadania.

Neste contexto, diversas foram as iniciativas em prol da educação que focalizaram o universo num breve retrospectivo até a aprovação da Lei das Diretrizes Básicas da Educação. Por volta de 1970 as reformas na área da educação especial passaram a ter proteção quanto à normalização e a integração, vindo a ser contemplada com edições de normas e planos políticos em âmbito nacional nos quais podemos citar: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre Diretrizes de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar e também no campo da reabilitação. No entanto, já na década de 1980 tivemos dois movimentos que tiveram relevância para a educação que podemos destacar: reformas educacionais da educação básica e a gestão e avaliação da escola pública. Nos anos de 1990 tivemos diversas reformas estruturais e educacionais nas quais a primazia era educação para todos. Portanto, neste período também tivemos a construção das escolas inclusivas e a aprovação da nova Lei de Diretrizes Básicas da Educação.

“Com referência a documentos sobre o direito a educação das pessoas com deficiência podemos citar:

A Emenda Constitucional nº12, 1978, no qual determina que a educação especial tenha que ser gratuita e será direcionada a pessoa com deficiência;

A Constituição Federal de 1988 frisa que o atendimento tem que ser especializado principalmente aos portadores de deficiência e que estes têm que ser inseridos em redes regulares de ensino;

Segundo a Lei 7.853, de 1989, chamada lei da integração específica; a pessoa com deficiência deve ser inserida no sistema educacional das escolas privadas ou públicas;

Mediante o Decreto 3298, de 1999 (Regulamenta a Lei nº. 7853), esta Lei deve atender aos portadores de deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla em programas integrados ao sistema regular ou em escolas especializadas.

Por conseguinte a Lei das Diretrizes Básicas da Educação Nacional nº. 4.024/61 direciona a atenção aos excepcionais no que for possível ao sistema geral de educação;

Portanto a Política Nacional de Educação Especial promove o desenvolvimento das potencialidades das pessoas portadoras de deficiência através de recursos pedagógicos e metodologias educacionais especiais.” (RODRIGUES, 2006 p. 94, 95, 2006.)

CAPÍTULO 2. EVOLUÇÕES HISTÓRICAS CULTURAL DO PRECONCEITO

As pessoas portadoras de necessidades educativas especiais foram alvos de desprezo e repúdio por parte daqueles que tinha uma visão marcada pelo preconceito. Muitos deles sofreram as maiores discriminações, até mesmo por parte da família, pois é o que relata a história. A vivência de muitos foi marcada pela discriminação e repressão como até hoje. Ser diferente causa medo a maioria das “massas”. Hoje a única diferença são as leis que procura punir, na maioria das vezes os transgressores que usam de preconceito para com as pessoas com deficiência.

2.1-Histórico

O preconceito tem origens remotas. Ele foi construído sobre pilares de indiferença para com o ser humano. Indubitavelmente temos que retornarmos ao passado para que tenhamos uma visão alargada sobre o preconceito. No passado o sujeito que tivesse qualquer anomalia era considerada aberração, monstro, ser desprezível etc., no entanto teria que ser eliminado. Portanto, o que prevalecia era o ser forte, o saudável, ou seja, o “normal”. As pessoas com deficiências sempre foram consideradas impotenciais em relação às pessoas consideradas “normais”. Um longo caminho tem sido trilhado para que as práticas de segregação sejam eliminadas do convívio das pessoas com deficiência. Se fizermos uma análise em relação ao ser humano somos todos diferentes seja fisicamente, psicologicamente ou socialmente. Temos que considerar que existe uma diversidade de características, isto é o que nos distingue uns dos outros. Ao destacarmos a trajetória do preconceito temos que levar em conta os períodos históricos de segregação à pessoa com deficiência.

Na Idade Antiga ocorria uma seleção natural. As crianças que fossem portadoras de deficiência somente sobreviveriam capacidade de se adaptar ao meio. Naquela época, as crianças com problemas físicos tinham poucas chances

de sobrevivência. Por exemplo, em Esparta as crianças que tivesse algum problema físico eram jogadas de rochedos. Já, as tribos nômades livravam-se de crianças que apresentassem alguma deficiência e esta não oferece nenhuma condição de adaptação.

Na Idade Média as crianças não podiam ser sumariamente sacrificadas, pois o dilema caridade versus castigo prevalecia, portanto eram merecedoras de caridade. Mais por outro lado era passíveis de pecado e mereciam castigo divino. Viviam confinados em instituições para expiar seus pecados, no entanto, já não sofriam o abandono explícito e ganhavam cuidados; como moradia, alimentação, já existia uma aceitação para com essas pessoas. Mas, nesta época consta-se relato que devido a concepções fanáticas muitas crianças foram vitimadas através de torturas e de crueldade por parte da inquisição.

A Idade Moderna, associado ao surgimento do capitalismo como modo de produção e a valorização do ser humano pelas filosofias humanísticas, houve o interesse da ciência principalmente pela medicina, em relação à pessoa com deficiência. Neste período houve a preocupação com a socialização e a educação e cresceram os estudos e as experiências da problemática da deficiência em relação as suas causas que poderiam ser atreladas á hereditariedade, aspectos orgânicos, etc.

Segundo Itard, citado por Ribeiro e Baumel (2003, p.42), o trabalho com selvagem de Aveyron constitui um dos primeiros documentos representativos da busca de uma teoria da avaliação e de uma didática para deficientes mentais.

A Idade Contemporânea è considerada a época de muitas criticas aos modelos segregados de atendimento. No entanto, o século XX ficou marcado pelo enfoque da preocupação que tivera em reconhecer os direitos considerados básicos as pessoas com necessidades especiais. Nesta época a sociedade passa a se preocupar em inserir estas pessoas no mercado de trabalho e observar que a educação é um dos principais elos que poderá propiciar uma melhor convivência destas para com as pessoas consideradas “normais”. Neste século

tivemos a contribuição notadamente da psicologia comportamental, cognitiva e sóciohistórica e, por outro lado pelo advento da Filosofia da Integração, posteriormente do Paradigma da Inclusão.

De acordo com Jannuzzi(1985), citado por Ribeiro e Baumel nas primeiras décadas do século XX, vivemos no Brasil um período caracterizado pelas vertentes médico-pedagógicas, subordinadas ao médico tanto no que diz respeito ao diagnóstico quanto às práticas pedagógicas, que também dependiam do médico, mas enfatizavam princípios psicopedagógicos.

A visão vertente-pedagógica continua a existir até aos meados do século XX, nesta época o que predominava era o modelo clínico e a institucionalização, e quanto ao atendimento educacional o prevalecia era a segregação.

Por volta de 1959, em estudos para implementação de serviços de atendimento a excepcionais na Dinamarca, Mikkelsen(1978), citado por Ribeiro e Baumel(2007,p.43) coloca como objetivo de todo Serviço de Educação Especial: “Criar condições de vida para a pessoa retardada mental semelhantes, tanto quanto possível, as condições normais da sociedade em que vive.

O Princípio Filosófico da Normalização perdurou no Brasil até a década de 1970 gerando diversas discussões e divergências buscando novos conhecimentos metodológicos para o ensino que era contrário a medidas segregativas da época. No entanto esta busca fomentou novos caminhos para que as pessoas com deficiência pudessem alcançar um patamar de “igualdade” e estas pudessem ter uma vida normal com oportunidades na sociedade em que vive. Cabe destacar que o Processo de Normalização e Individualização mantém seus fundamentos axiológicos conforme a Política Nacional de Educação Especial (MEC, 1994). Ainda notamos que as garantias e os direitos de normalização e individualização não foram completamente colocados em prática visto que muitas instituições não sabiam lidar com as diferenças e muitas estavam acostumadas com exclusão.

2.2 Necessidades especiais hoje

Os Direitos Humanos faz menção a qualquer tipo de diferença, mas no tocante as “diferenças” as escolas tem obrigação que essa abertura se concretize, pois as medidas adotadas são especificamente claras, quando fala que as pessoas com deficiência deverão ser aceitas sem nenhuma distinção em escola de ensino regular. Os sujeitos com deficiências têm que terem seus direitos assegurados afim de que seja promovida a igualdade e que possam ser quebradas as barreiras dos preconceitos, mas para que esses estes direitos sejam reconhecidos é preciso medidas específicas que garantam o exercício pleno de seus direitos, como: igualdade de oportunidades, reconhecimentos de sua dignidade e educação de qualidade, etc. A luta em defesa do direito de todos os alunos estudarem juntos, independe de suas limitações. A concepção da aprendizagem constitui em paradigma educacional fundamentado nos direitos humanos. A educação inclusiva assume um papel de destaque neste século, no qual passou a ser uma temática bastante discutida.

Com a democratização do ensino inclusivo, evidência a universalização dos direitos aos sujeitos considerados “anormais” em escolas de ensinos regulares.

A não inclusão das pessoas com deficiências nas escolas gera discriminação. A educação é direito de todos já menciona a Carta Magna e, por conseguinte é uma questão que está implícita nos Direitos Humanos no qual determina que os sujeitos com deficiência devam fazer parte das escolas e estas devem adequar seu funcionamento para inclui-los. Esta inclusão deve ser feita independente da deficiência que o aluno apresente, pois a educação não pode ser exclusiva de alguns grupos, seja de origem social, cultural ou de suas qualidades individuais. O que deve prevalecer è a satisfação das necessidades dos alunos, pois o ensino inclusivo não só beneficiam a estes como pode ser de grande valia para professores como para a sociedade em geral.

Segundo Stainback e Stainback (2008, p.21) na Conferência Mundial de 1994 da UNESCO sobre Necessidades Educacionais Especiais – Liga Internacional das Sociedades para Pessoas com Deficiência Mental.

“A educação é uma questão de Direitos Humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos.”

Segundo vários autores (STAINBACK & STAINBACK, 1990; VILLA & THOUSAND, 1990; STONE e COLLICOTTt 1994) existem três componentes práticos interdependentes no ensino inclusivo:

- Rede de Apoio;
- Consulta Cooperativa e Trabalho em Equipe;
- Aprendizagem Cooperativa.

Nestes três componentes é trabalhada a organização que envolve a coordenação de equipe de forma que se trabalhem juntos para diferentes alunos em ambientes integrado de maneira que seja oferecida uma atmosfera favorável à criação e as habilidades dos alunos em sala de aula. Todos esses fatores facilitam a organização dos processos nas escolas prevalecendo como um fator decisivo de sucesso.

Quando o aluno com deficiência é integrado as salas de aulas de ensino regular estes passam a terem oportunidades de apreenderem a desenvolver suas habilidades mutuamente e isto faz com que eles desenvolvam atitudes positivas para viver em sociedade.

Segundo Daniels , citado po Stainback & Stainback,(2008,p.30) o ADA (Ato dos Americano com Deficiência) expressa a convicção de que diz “ maneira de promover a produtividade é a independência das pessoas com deficiência é remover as barreiras que a nossa sociedade criou a restaurar os direitos dos cidadãos com deficiência, para compartilhar das oportunidades disponíveis aos nortes-americanos”.

O direito de freqüentar a escola inclui a todos os alunos e principalmente aqueles que têm alguma deficiência. Algum tempo atrás a idéia de discutir ou até mesmo de incluir alunos com deficiência em escolas regulares era vista de forma irrealista pela maioria das pessoas. Educar, ensinar-lós na sociedade, hoje praticamente já é realidade, pois a educação inclusiva dar oportunidade para que indivíduos possam se tornar cidadãos produtivos.

Segundo Skrtic (1994), citada por Stainback & Stainback, (2008, p.31), a inclusão é mais que um modelo para prestação de serviço de educação especial. È um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção.

CAPÍTULO 3- Estratégias da escola para superação do preconceito contra portadores de deficiência

As instituições escolares tem encontrado apoio quanto a implementação de programas de inclusão. De acordo com as Leis os sistemas escolares viabilizaram medidas de flexibilização e dinamização dos currículos de forma que alunos e educadores todos fossem beneficiados. Um dos principais avanços foi a inserção de alunos com deficiência em turmas de ensino regulares de maneira a combater o preconceito e com o intuito de alcançar sucesso social e educacional.

3.1 Condições físicas

A educação por ser um direito de todo cidadão, não seria diferente em relação às pessoas com deficiência. A pessoa com deficiência tem o direito de ser incluída em sistemas educacionais que priorize programas de desenvolvimento físico, social e moral. A deficiência já não é mais obstáculo para quem quer ser produtivo. As Leis que priorizam o atendimento às pessoas com deficiência geram oportunidades assegurando-as através de normas e critérios, promovendo atendimento diferenciado e prioritário em repartições públicas ou privadas.

A acessibilidade e a prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência são estabelecidas nas Leis 10.048 de 08 novembro de 2000, 10.098 de 19 de dezembro de 2000 e no Decreto 5.296, de 02 dezembro de 2004. Todas estas Leis obedecem a regras de segurança facilitando o acesso e o uso de meios físicos.

Promover acessibilidade à pessoa com deficiência é proporcionar condições que possa facilitar a mobilidade com autonomia e segurança, visando eliminar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas, nas cidades, nos meios de transportes e de comunicação.

Em relação ao espaço escolar podem ser criados: rampas de acesso, banheiros adaptados, guias rebaixadas, interpretem de libras e muitos outros.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais as escolas têm que adotarem meios de atendimento especializado para quem dela necessitar. Nessa

perspectiva, fica claro que alunos portadores de deficiência, sejam mental, visual, física, múltipla, problemas de conduta e superdotação, precisam de adaptações para atender as suas necessidades.

A escola contemporânea precisa programar reformas abrangentes para que tecnologia e metodologia pedagógica possam ser inovadoras e dinâmicas. Um dos passos para se ter uma escola com autonomia é estabelecer a filosofia da escola com um plano estratégico baseado em princípios igualitário repassado uma educação de qualidade de forma que alunos, pais educadores, diretores e a comunidade possam fazer parte das decisões. Uma outra seria atender as necessidades crescentes como as inovações tecnológicas e as adaptações curriculares.

“Condução de uma escola inclusiva requer uma crença pessoal de que as crianças podem aprender e um compromisso de proporcionar a todas as crianças igual acesso a um currículo básico e a uma instrução de qualidade”, (SERVATIUS, FELLWS e KELLY, citado por STAINBACK E STAINBACK ,1999, p 71)

Ao definir a filosofia da escola o diretor da instituição tem que traçar métodos e objetivos e ser capaz de tomar decisões e enfrentar desafios com responsabilidades de forma a garantir que não haja ambivalência com relação às políticas de inclusão e a defesa do alunado. Um outro fator importante seria desenvolver uma política de igualdade, justiça de modo que todos valorizassem e respeitasse o outro.

“As práticas de formação do funcionário podem mudar a prática de ensino, melhorar a aprendizagem dos alunos e recompor a cultura da escola”. HIRSH & PONDER, citado por STAINBACK & STAINBACK (1999 P.79)

Com o crescente desenvolvimento de informações e novas práticas educacionais o funcionário da escola tem que contar com a participação dos pais para que ocorra uma visão compartilhada de objetivos com a finalidade de obter oportunidades de informações para todos os alunos.

De acordo com Fullan & Miles, (1992), citado por Stainback & Stainback,(1999,p.83). basta atingir pontos isolados de sucesso. A reforma só será bem-sucedida se puder demonstrar que os pontos de sucesso são adicionados a novos procedimentos, estruturas e culturas de ensino que pressionam por uma melhoria contínua... O fracasso em institucionalizar uma inovação e transforma - lá em estruturas e práticas normais da organização está subjacente ao desaparecimento de muitas reformas.

A lei vem servindo de base para incluir os alunos com deficiência em salas de aulas de ensino regular permitindo que haja interação com outros alunos sem deficiência, isto tem proporcionado progresso em todos os sentidos e evitando a segregação. Além disso, proporciona o desenvolvimento de outra habilidade, o da comunicação.

3.2 Condições psicológicas

As escolas têm que reconhecer que além da educação, seja formal ou informal, a criança necessita que se trabalhem certas necessidades como: aceitação, inserção e amizades. Pois é na escola que ela constrói suas conexões sociais. Um outro fator importante para que ocorra essa inserção è o desenvolvimento de uma rede de apoio podendo ser constituída pelos próprios alunos, diretores, pais, professores de classe, psicólogos, terapeutas e supervisores de forma a satisfazerem as necessidades de todos os alunos.

Torna-se inegável que a intervenção educacional influencia no desenvolvimento da inteligência, da comunicação, da afetividade e da sociabilidade. Pois, as condições de estimulação sejam elas orgânicas ou sociais é que irão determinar de que forma o sujeito irá se desenvolver seja neurológico, emocional ou cognitivo. Esta estimulação promove mudanças favorecendo vínculos com os seus familiares e professores.

Uma outro meio de favorecer a inclusão seria criar uma comunidade de aprendizes de maneira que cada aluno tivesse a sensação de pertencer ao grupo em torno de um mesmo objetivo com uma aprendizagem positiva. De forma que os líderes de ensino, no caso os professores pudessem se comunicar de maneira

consistente e explícita. Exemplos deste tipo de comunicação: dêem o melhor de vocês, da melhor forma possível, se tiver alguma dúvida, procure ajuda. Todas estas mensagens contribuem para o desenvolvimento de um ambiente seguro e pacífico fazendo com que o aluno sintam-se à vontade.

Segundo Stainback & Stainback, (1999, p. 184), Cada vez mais os pais e os indivíduos com deficiência têm enfatizado o valor da amizade e de relacionamentos significativos, tanto entre criança quanto entre adulto com deficiências importantes e seus pares que não tem deficiências.

A interação contribui para o desenvolvimento da amizade, mesmo assim não é suficiente, pois muitas vezes as práticas educacionais desestimulam o educando, estas não se coadunam com as estratégias desenvolvidas em sala de aula. Portanto, deveriam existir atividades que contribuíssem para as interações sociais dos alunos. Exemplo de atividades a ser aplicada na aprendizagem cooperativa e o trabalho em grupo. Todas contribuem de maneira significativa para a elevação da auto-estima do sujeito com deficiência.

Os pais e os professores também assumem um papel de muita importância para o desenvolvimento da autoconfiança dos alunos, fazendo com que eles não se sintam limitados, pois à proporção que a confiança e a amizade crescem as necessidades extrínsecas diminuem e em contrapartida a intrínseca aumenta.

Segundo Stainback & Stainback, (1999 p.303), “discutir nossas próprias reações a essas preocupações dos pais e os dilemas da turma pode ajudar a sermos mais sensíveis aos muitos tipos de diversidades que nossas crianças apresentam e é a necessidade de desenvolver reações cuidadosas e inclusivas. A tarefa não é fácil, mas é fundamental para desenvolver nossa habilidade de moldar os tipos de escolas com que sonhamos.”.

Dependendo da maneira que os professores manuseiam as salas de aula algumas estratégias podem contribuir para se obter uma aprendizagem. Como por exemplo: motivar os alunos para que eles participem dos procedimentos das

aulas, efetivarem parceria entre o lar e a escola através de atividades que valorizem o bem estar do aluno, elogiar o progresso do educando, ter bom relacionamento com os alunos, etc. Portanto todas estas estratégias contribuem para superação da deficiência e por conseqüência o aumento da auto-estima, pois a medida que a pessoa com deficiência sente-se útil ela começa a se sentir importante pára com os seus pares.

A resistência a mudanças tem causado um forte impacto em relação à aceitação das diferenças. Hoje, o que para uns é ameaçador, imoral, amanhã já é encarado como natural.

Charles Darwin quando especifica através da Lei da Seleção Natural o processo da adaptação, esta Lei traz no seu escopo que é preciso que ocorram mudanças para que as espécies sobrevivam. Na observância desta Lei poderá ser feito um paralelo em relação ao preconceito e a necessidade de mudanças em sua concepção. A sociedade precisa encarar que todo tempo as coisas evoluem assim dar-se a questão da evolução do modo de encarar as coisas. Assim são os acontecimento, o modo de pensar, pois tudo está em constante evolução.

Um caso que vale relatar é a vivência dos nossos antepassados. O processo de segregação não é novidade, vem se arrastando a milhares de anos quando os homens pré-históricos se sobrepunham à outra espécie em desvantagem. O homem pré-histórico teve um antecedente no caso os macacos, para que se chegasse ao homo sapiens ocorreu uma evolução. O modo de viver e agir do homem de hoje nem se compara com os nossos descendentes. Hoje já somos seres sociáveis bem diferentes de milhões de anos atrás. Não podemos esquecer houve evolução. E quando está alteração diz a respeito da pessoa com deficiência, então é que deve realmente ser repensado determinados conceitos. Leis são promulgadas em defesa dos direitos destas pessoas, de modo a determinar que elas tem o direito de ir e vir, pois vivemos no país democrático. E um outro direito a ser observado é que independente de cor, raça, religião todos temos os mesmos direitos no qual precisam ser respeitados, já diz a Carta Magna.

3.3. Estratégias Didáticas

Repassar conhecimentos de forma compreensiva a alunos seja em escolas com alunos com necessidades educativas ou qualquer um sem deficiência requer do educador procedimentos técnicos e metodológicos e estratégias adequadas.

Segundo a Lei das Diretrizes Básicas para a Educação Especial são exemplos de adaptações metodológicas e didáticas:

- Situar o aluno nos grupos com os quais melhor possa trabalhar;
- Adotar métodos e técnicas de ensino e aprendizagem específicas para o aluno, na operacionalização dos conteúdos curriculares, sem prejuízo para as atividades docentes; utilizar técnicas, procedimentos e instrumentos de avaliação distintos da classe, quando necessário, sem alterar os objetivos da avaliação e seu conteúdo.
- Propiciar apoio físico, visual, verbal e outros ao aluno impedido em suas capacidades, temporária ou permanentemente, de modo que permita a realização das atividades escolares e do processo avaliativo. O apoio pode ser oferecido pelo professor regente, professor especializado ou pelos próprios colegas;
- Introduzir atividades individuais complementares para o aluno alcançar os objetivos comuns aos demais colegas. Essas atividades podem realizar-se na própria sala de aula ou em atendimentos de apoio;
- Introduzir atividades complementares específicas para o aluno, individualmente ou em grupo;

- Eliminar atividades que não beneficiem o aluno ou lhe restrinja uma participação ativa e real ou, ainda, que esteja impossibilitado de executar;
- Suprimir objetivos e conteúdos curriculares que não possam ser alcançados pelo aluno em razão de sua(s) deficiência(s); substituí-los por objetivos e conteúdos acessíveis, significativos e básicos, para o aluno.

Quando se fala em âmbito pedagógico observa-se que em alguma fase da vida escolar o educando pode apresentar alguma dificuldade. Então só cabe aos educadores usar alguma estratégia para suprir a necessidade do educando. O professor tem que aliar o seu saber a outros recursos, como por exemplos criar meios para que os alunos possam ter acesso a um currículo diferenciado. Organizando este currículo de forma a focar a deficiência. A escola precisa criar condições para aprendizagem e oferecer a este aluno meios para que este obtenha sucesso em sua vida escolar e não impor regras para este venha adequar-se aos padrões daqueles alunos considerados “normais”. A melhor solução que escola poderá encontra é fazer com que ele possa encara a sua dificuldade com normalidade.

A escola tem que atentar para algumas diretrizes, principalmente quando diz respeito aos educando com necessidades educativas especiais. O projeto pedagógico tem que obedece a regras já traçadas pelo Conselho Nacional de Educação e submeter-se a flexibilização para que o currículo seja favorável às condições dos alunos, e estes possam obter progresso nas instituições escolares. Um outro fato importante no tocante à escola é a avaliação pedagógica. Por conseguinte esta irá identificar possíveis obstáculos que estejam impedindo o processo educativo em seu todo. Esta avaliação deverá levar em conta as variáveis que recai sobre a aprendizagem. Por exemplo: observância das condições da escola e a prática do corpo docente, principalmente as que as que incidem sobre as diretrizes gerais da educação.

De acordo Diretrizes Básicas Nacionais para a Educação Especial os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não tenha conseguido prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.

Neste mesmo contexto uma das estratégias viáveis as instituições seria programar alternativas que melhor se adaptassem as necessidades de cada aluno. Tais como: salas de apoio pedagógico, salas com recursos de tecnologia assertivas e tantos outros.

Da mesma forma, há que se estabelecer um relacionamento profissional com os serviços especializados disponíveis na comunidade, tais como aqueles oferecidos pelas escolas especiais, centros ou núcleos educacionais especializados, instituições públicas e privadas de atuação na área da educação especial. Importante, também, é a integração dos serviços educacionais com os das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social, garantindo a totalidade do processo formativo e o atendimento adequado ao desenvolvimento integral do cidadão.

Uma outra estratégia a ser utilizada seria o uso da aquisição da linguagem pois é uma das premissas fundamentais no desenvolvimento das habilidades de comunicação. No entanto, fica a cargo das instituições buscarem alternativas que beneficie a aprendizagem dos alunos. Podemos destacar algumas alternativas, tais como: Sistemas de comunicação aumentativo e alternativo (CAA), Sistemas simbólicos de comunicação aumentativos e alternativos não-apoiados (CAA não-Apoiados), Sistemas simbólicos de comunicação aumentativo e alternativo apoiado (CAA Apoiados) e a Comunicação facilitada (CF).

Cada um desses sistemas tem suas particularidades. O CAA serve para alunos que tem dificuldades com a fala. Já, o CAA não-Apoiado pode ser utilizado por aluno que só consegue se manifestar por gestos, sinais manuais, vocalizações e expressões faciais, este método também poderá ser utilizado por alunos cujas deficiências interferem no uso das habilidades de comunicação. É também conhecido como a linguagem de sinais. Já, o sistema CAA não-Apoiado o aluno necessita de instrumentos e equipamentos para se comunicar além de gestos. Exemplos de instrumentos que poderá ser utilizado no CAA não-Apoiado: Quadro de Comunicação, Comunicadores Pessoais, Computadores Pessoais, e Componente de CAA Combinados. Na de Comunicação Facilitada os aluno contará com o auxílio de um facilitador. Pois, à medida que o aluno vai desenvolvendo alguns movimentos funcionais já não será tão necessário este facilitador. Exemplos de movimentos funcionais: apontar, solicitar, etc.

Para muitas pessoas as mudanças são encaradas como desconforto, principalmente quando ela tem a frente grande desafios: a realização do ensino inclusivo. Para que ocorram tais mudanças é primordial a realização de mudanças nos sistemas administrativos, no setor educacional e no comportamento dos defensores que promovem a escola inclusiva. Pois, enquanto a educação inclusiva for encarada como subsistema os alunos viverão na segregação.

Segundo Salvia & Ysseldyke, citado Stainback & Stainback,(1999 ,p.144)” a avaliação é um componente fundamental dos processos de ensino e aprendizagem. Os educadores devem ter um amplo e profundo conhecimento dos seus alunos para puderem criar um ambiente de aprendizagem adequado para cada um deles.”

A avaliação sendo formal ou informal é um importante meio para se conhecer o progresso do aluno, observando as necessidades individuais de cada um. É através da avaliação que o professor poderá planejar e programar atividades de ensino centradas na necessidade do aluno. Uma outra forma de aprendizagem a ser destacada usa a teoria das Inteligências Múltiplas, pois auxiliam o professor a

ampliar a aprendizagem dos seus alunos. Exemplos são estratégias que auxiliam a inteligência lingüística tais como: narrações de estória, discussões em sala de aula e leituras de publicações.

Um meio de favorecer a inclusão e a aprendizagem seria criar uma comunidade de aprendizes de maneira que cada aluno tivesse a sensação de pertencer ao mesmo grupo e em torno de um mesmo objetivo. No qual se teria como objetivo uma aprendizagem positiva. De forma que os líderes de ensino, no caso os professores pudessem se comunicar de maneira consistente e explícita. Sempre incentivando-os com frases positivas, fazendo com que eles pudessem dar o melhor de cada um da melhor forma possível. De forma que fosse criado espaço para que se eles tivessem alguma dúvida pudessem procurar ajuda. Todas estas atitudes certamente contribuirá para o desenvolvimento de um ambiente seguro e pacífico fazendo com que o aluno sinta-se a vontade.

3.4. Políticas de Inclusão Social

Com a implementação de políticas de ações afirmativas a favor do processo de inclusão das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, a sociedade vem se conscientizando da importância da contratação das pessoas portadoras de deficiência, isto tem gerado conscientização nos empregadores acerca das potencialidades dos indivíduos com deficiência. O Ministério do Trabalho e Emprego tem obrigado as empresas na observância do cumprimento da Lei em relação às pessoas com deficiência.

Ao se fazer um breve retrospecto da inserção da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho, observar-se que diversas foram as conquistas mesmo diante dos obstáculos. Com a Revolução Francesa houve uma concepção de cidadania, podendo-se dizer que um foi um grande passo para época, mas não o suficiente, pois teve início uma desastrosa exclusão econômica.

O século XX foi marcado por vários acontecimentos fez-se necessário o surgimento de programas de reabilitação de maneira a inserir pessoas com

deficiência no mercado de trabalho. Nesta época diversos fatores influenciaram, nos quais podemos citar: a predominância da filosofia humanística, o termino de duas grandes guerras onde muitas pessoas ficaram com alguma deficiência e um outro problema era a indústria que contribuía para que as pessoas se acidentassem com muita facilidade. Pois, não ainda não existiam leis que legislasse a favor da segurança do trabalhador.

Hoje em pleno século XXI nos deparamos com verdadeiros deficientes, não só do corpo mais da moral. A deficiência não é somente aquela vista a olhos nus, pois existem os portadores de traumas, os drogados, os mutilados de necessidades físicas (como a fome, a falta de oportunidades) e uma outra forma de preconceito em que ainda predomina é a falta de respeito pelos portadores de deficiência.

A Constituição da República Federativa do Brasil ressalta com clareza no Artigo 3º a implementação de políticas públicas compensatórias quando diz que o cidadão tem o direito de trabalhar, de ir e vir e de estudar, nesta passagem fica claro um processo de superação do processo de assistencialismo para com as pessoas com deficiência.

Com a aprovação da Convenção Internacional de Direitos da Pessoa com Deficiência em 13 de dezembro de 2006, este instrumento não vem somente atender as necessidades específicas das pessoas com deficiências mais revigorar os direitos que muitas vezes torna-se ameaçados pelas ações integrais em prejuízo aos direitos sociais antes estáveis. No artigo 27, desta Lei, fica especificado o direito inerente à pessoa com deficiência, que estas deverão ser inseridas no mercado com as mesmas oportunidades de igualdade que as demais pessoas e os estados partes deverão defender e promover o direito ao trabalho principalmente daquelas pessoas que de alguma forma adquiriram esta deficiência no trabalho. Desta forma fica incluído nesta legislação qualquer tipo de discriminação em relação à contratação em empregos, a salário, a assedio; a orientação profissional. Os estados partes também asseguram a estas pessoa o direito de não trabalhar em regime de escravidão ou serviço forçado.

De acordo com Gomes, citado pelo Ministério do Trabalho (2007, p.16), as ações afirmativas em primeiro momento, instigaram e encorajaram as autoridades públicas, sem as obrigar, a tomar decisões em prol de grupos flagrantemente excluídos, considerados a raça, cor, sexo e origem nacional das pessoas, fatores que até então, considerados irrelevantes. A pressão organizada desses grupos evidenciou as injustiças e impulsionou o estímulo a políticas públicas compensatória de acesso a educação e ao mercado de trabalho.

Com a ineficácia das normas os grupos discriminados tomaram medidas rígidas, por volta de 1960 e 1970, no que compunha as escolas, os mercados de trabalho ou qualquer outro setor da vida social.

Nesta mesma linha de pensamento Gomes define as ações afirmativas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate á discriminação racial, de gênero nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticadas no passado, tendo como objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso as Leis fundamentais como a educação e o emprego.

De acordo com a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência é assegurado aos portadores de deficiência direitos individuais e sociais. Cabendo ao poder público assegurar as pessoas com deficiência tais direitos, como: á educação, á saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, á previdência social, a assistência social, ao transporte, á edificação pública, á habilitação, á cultura; ao amparo, á infância e a maternidade e tantos outros decorrentes da Constituição Federal e das Leis que os propiciem bem-estar social e econômica.

No artigo 5º nos incisos I,II,III da Lei supracitada ficam especifica princípios que tem consonância com os Direitos Humanos, nos quais podemos citar:

- “Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto sócio-econômico e cultural;
- Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico; e
- Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.”

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência traz em seu bojo diretrizes que favorecem a pessoa com deficiência. Nos quais podemos citar:

- “Estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência;
- Adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;
- Incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;
- Viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas;
- Ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho; e
- Garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.”

A Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência objetiva oferecer serviços a comunidade de maneira a integrar - lá a serviços sociais, visando sempre a prevenção das deficiências em conjunto com o desenvolvimento de programas que assista as necessidades das pessoas com deficiências visando sempre a eliminação de diversas causas de inclusão social .

Segundo a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência é finalidade primordial da política de emprego a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido. E tem como modalidades laboral: colocação competitiva, colocação seletiva e promoção do trabalho.

Portanto é valido ressaltar que a Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, garante o principio da isonomia, a igualdade de todos perante a Lei, portanto somos todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade.

Conclusão

Ao concluir a análise deste tema vê-se que criar escolas que respeitem as diferenças e promovam a não exclusão este é um grande desafio que ainda está longe de ser atendido. Este pensamento ainda vive mascarado em várias instituições, mostrado no despreparo dos educadores para encarar as diferenças.

O Preconceito é uma forma de exclusão que muitas vezes atinge a pessoa com deficiência. É um meio cruel, pois a pessoa se sente inferiorizado e sem dignidade. No entanto, é evidente que qualquer pessoa é merecedora de respeito e de oportunidades para realizar-se como ser humano em qualquer projeto que o advir.

A educação das pessoas com necessidades educativas especiais deve ser iniciada no meio familiar. Porque estas pessoas são possuidoras de capacidades, sejam inatas ou adquiridas.

È importante é salientar na nossa conclusão que existe a necessidade de aplicar-se o principio da isonomia de maneira que todos são iguais e que as diferenças têm que serem respeitadas. E um outro direito a ser respeitado é a valorização da diversidade das diferenças para com o aluno com necessidades educativas especiais.

Referências Bibliográficas

-Convenção Internacional de Direitos da pessoa com Deficiência.

<http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com-docman&task.pdf>

-Declaração de Salamanca, editada pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura. Brasília, 1994.

<http://www/redeinclusão.web.ua.pt/files/fl-9.pdf>

-Decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999, Regulamentada pela Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1988 - Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/l9867.htm>

-Decreto nº5296 de 02 de dezembro de 2004 (acessibilidade).

<http://www.planalto.gov.br/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>

-Gonzalez, José Antônio Torres. Educação e Diversidade: Bases Didáticas e Organizativas. Porto Alegre. Editora Artemed, 2002

-Jannuzzi, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 2ª edição. São Paulo. Editora, Autores Associados, 2006.

-Lei das Diretrizes Básicas da Educação Inclusiva.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/l9394.htm>

- Lei nº 10048 de 08 de novembro de 2000 (prioridade ao atendimento a pessoa com necessidades).

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/10048>

- Lei nº 10048 de 08 de novembro de 2000 (prioridade ao atendimento a pessoa com necessidades).

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/le/10048>

- Lei nº 10048 de 08 de novembro de 2000 (prioridade ao atendimento a pessoa com necessidades).

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/le/10048>

-ParâmetrosCurricularesNacional.

<http://www.abc.gov.br/media/common/DownloadsPCN.PDF>

-Ribeiro, Maria Luisa Sprovieri e Baumel, Roseli Cecília Rocha de Carvalho. Educação Especial: do querer ao fazer. 2ª reeipressão. São Paulo. Editora Avercamp, 2007.

-Rodrigues, David. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. 1ª reeipressão. São Paulo. Editora Executiva: Soraia Bini Cury, 2006.

-Stainback, Susan e Stainback, William. Inclusão: Um guia para educadores. Reipreesão. Porto Alegre. Editora Artemed, 20